

**Amsted Maxion Fundição e
Equipamentos Ferroviários S.A.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas (suporte financeiro e transações)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem recebido suporte financeiro de partes relacionadas por meio de empréstimos, em condições negociadas entre as partes, que visa fazer face aos passivos assumidos, bem como manter saldos e transações de compra e venda com partes relacionadas com base em termos e condições negociados entre as partes envolvidas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação do balanço patrimonial, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em 20 de março de 2020, emitimos opinião de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, cujo balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 está sendo reapresentado. Conforme descrito na nota explicativa nº 2 item e) às demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o efeito gerado pelo reconhecimento do ativo gerado e seus reflexos associados ao processo de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS transitado e julgado em 2018. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Daniel Augusto Reis
Contador
CRC nº 1 SP 254522/O-0

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2019	2018	01/01/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018	01/01/2018
	explicativa					explicativa			
			(reapresentado)				(reapresentado)		
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	817	4.861	6.729	Empréstimos e financiamentos	12	68.048	71.161	48.921
Contas a receber de clientes	5	28.956	13.838	13.771	Fornecedores	13	21.298	25.654	26.503
Estoques	6	39.911	43.888	43.964	Obrigações tributárias		780	714	933
Impostos a recuperar	7	14.416	17.421	8.682	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	10.561	14.819	16.384
Despesas antecipadas		1.266	1.121	890	Passivo de arrendamento	3.1.1	144	-	-
Outros créditos		1.466	1.825	746	Adiantamentos de clientes		3.181	19	-
Total do ativo circulante		<u>86.832</u>	<u>82.954</u>	<u>74.782</u>	"Royalties" a pagar		683	775	862
					Outras obrigações		<u>3.717</u>	<u>5.469</u>	<u>7.917</u>
					Total do passivo circulante		<u>108.412</u>	<u>118.611</u>	<u>101.520</u>
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	7	34.884	34.836	25.840	Empréstimos e financiamentos	12	59.159	113.024	110.698
Depósitos judiciais recursais	15	10.192	9.967	9.837	Passivo de arrendamento	3.1.1	78	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	32.890	30.562	29.965	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	6.395	5.455	7.145
Investimentos em coligadas	10	100.331	123.877	130.141	Outras obrigações		<u>1.185</u>	<u>1.429</u>	<u>866</u>
Direito de Uso	3.1.1	105	-	-	Total do passivo não circulante		<u>66.817</u>	<u>119.908</u>	<u>118.709</u>
Imobilizado	11	83.106	86.070	90.837					
Total do ativo não circulante		<u>261.508</u>	<u>285.312</u>	<u>286.620</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	16.a	261.201	184.685	184.685
					Reservas de lucros		3.564	3.564	3.564
					Ajuste de avaliação patrimonial	16.b	8.789	10.005	11.311
					Prejuízos acumulados		<u>(100.443)</u>	<u>(68.507)</u>	<u>(58.387)</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>173.111</u>	<u>129.747</u>	<u>141.173</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>348.340</u></u>	<u><u>368.266</u></u>	<u><u>361.402</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>348.340</u></u>	<u><u>368.266</u></u>	<u><u>361.402</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2019	2018 (reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	17	352.119	351.288
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	20	(314.671)	(301.687)
LUCRO BRUTO		37.448	49.601
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	20	(16.166)	(13.352)
Gerais e administrativas	20	(9.444)	(9.453)
Honorários da Administração	20	(2.372)	(2.336)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(18.891)	(1.609)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(8.645)	(8.744)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(18.070)	14.107
Receitas financeiras	18	1.226	701
Despesas financeiras	18	(15.830)	(15.776)
Variação cambial, líquida	19	(2.801)	(11.037)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(35.475)	(12.005)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	8.b	2.328	598
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(33.147)	(11.407)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	16.d	(0,00117)	(0,78312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(33.147)	(11.407)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(33.147)</u>	<u>(11.407)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		184.685	3.564	11.311	(58.387)	141.173
Efeitos de reapresentação	2.e	-	-	-	-	-
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		184.685	3.564	11.311	(58.387)	141.173
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(1.306)	1.306	-
Baixa de ajuste de reavaliação		-	-	-	(19)	(19)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(11.407)	(11.407)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (reapresentado)		184.685	3.564	10.005	(68.507)	129.747
Aumento de capital	16.a	76.516	-	-	-	76.516
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(1.216)	1.216	-
Baixa de ajuste de reavaliação		-	-	-	(5)	(5)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(33.147)	(33.147)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>261.201</u>	<u>3.564</u>	<u>8.789</u>	<u>(100.443)</u>	<u>173.111</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(33.147)	(11.407)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação	20	10.044	10.139
Amortização	21	4.655	4.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(2.328)	(598)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	14.464	14.954
Juros sobre passivos de arrendamento	3.1.1	28	-
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	11	47	9.771
Resultado de equivalência patrimonial	10	18.891	1.609
Provisão para perdas nos estoques	6	1.465	(172)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	6	21
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	12	3.340	11.870
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	15	2.147	(339)
Outros impactos		(6)	-
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(15.124)	(88)
Estoques		2.512	248
Impostos a recuperar		2.957	(17.735)
Depósitos judiciais recursais		(225)	(130)
Outros créditos e demais contas		214	(650)
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores		(4.356)	(849)
Adiantamentos de clientes		3.162	19
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(4.258)	(1.565)
Outras obrigações e demais contas		(2.022)	(2.191)
Caixa gerado pelas operações		2.466	17.562
Pagamentos de processos trabalhistas e tributários	15	(1.206)	(2.029)
Pagamento de juros sobre arrendamento	3.1.1	(37)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	(20.068)	(10.766)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(18.845)	4.767
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(6.972)	(15.143)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.972)	(15.143)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	16.a	76.516	-
Captação de empréstimos e financiamentos	12	53.102	15.628
Amortizações de passivos de arrendamento	3.1.1	(167)	-
Amortizações de empréstimos e financiamentos	12	(107.678)	(7.120)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		21.773	8.508
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(4.044)</u>	<u>(1.868)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		4.861	6.729
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		817	4.861
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(4.044)</u>	<u>(1.868)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMSTED MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Disposições gerais

A Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 77, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

As atividades da Companhia consistem na fabricação e comercialização de rodas ferroviárias, componentes fundidos de aço para vagões e para o mercado de reposição, remanufatura, reparo e reforma de componentes ferroviários e componentes fundidos de aço para o mercado industrial por meio sua unidade fabril localizada na cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo.

A gestão da Companhia é feita de modo compartilhado composta por três sócios, sendo eles; Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. com 51,00% de participação, Greenbrier do Brasil Participações Ltda. com 29,50% de participação e Iochpe Maxion S.A. com 19,50%.

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

O plano operacional de 2019 foi impactado pela falta de demanda devido a vários fatores de mercado, como o atraso no processo de renovação das concessões, que afetou as aprovações de investimentos das concessionárias, mudança do modelo de negócio para contratos sob demanda dos usuários finais e também a redução da demanda de máquinas de construção (tratores de esteira) do mercado americano.

A queda do volume de produção foi de 8,2% comparada com 2018, porém a redução foi compensada pela melhora no mix de produtos vendidos. Apesar da compensação, foi-se necessário a readequação da capacidade produtiva, do quadro de funcionários e dos investimentos para garantir a competitividade e a saúde financeira da companhia.

Além da adequação da área produtiva, também houve a reestruturação das áreas indiretas e administrativas. Essa redução no quadro de funcionários foi necessária para a adequar a estrutura do negócio.

Entre as ações tomadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez, destacam-se as seguintes:

- a) Realinhamento dos processos produtivos com metodologia "smart plant" (MES) para garantir produtividade e eficiência, desenvolvimento de produtos envolvendo importantes ações de eficiência tecnológica, permitindo assim redução de custos industriais e recuperação de margens de contribuição.
- b) Busca com os clientes de melhor distribuição do "back log" da carteira de pedidos no processo de produção, diminuindo gargalos e reduzindo horas extras.
- c) Readequação do mix de produto.
- d) Redução de inventário.
- e) Negociação com fornecedores para extensão do prazo de pagamento.

- f) Negociação junto aos clientes com contratos de longo prazo.
- g) Serviços spots em componentes ferroviários para atender o negócio de serviços ferroviários da Greenbrier Maxion.
- h) Iniciativas de reduções de custo e aumento de produtividade em todas as áreas da companhia.
- i) Alteração da participação societária e a capitalização da empresa para redução do endividamento.
 - a. Capital da Amsted Rail de 37,75% para 51,00%;
 - b. Capital da Greenbrier de 24,50% para 29,50%;
 - c. Capital da IochpeMaxion de 37,75% para 19,50%.

A expectativa é que o segmento ferroviário se restabeleça em 2020 devido aos investimentos do governo de R\$55,6 bilhões em ferrovias, sendo R\$16 bilhões em novas concessões (Ferrovia de Integração Oeste-Leste e Ferrogrão) e R\$39,6 bilhões em renovação de concessões *(Rumo - assinatura no 1º trimestre de 2020, Vale - 2º trimestre de 2020, MRS - 4º trimestre de 2020 e VLI - 2021), segundo as previsões do ministério da infraestrutura.

A perspectiva é que se duplique o percentual de carga transportada por ferrovia em 8 anos, e que com as novas concessões o modal cresça 17%, atingindo 35.000 km. Outro direcionador para o transporte ferroviário em 2020, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, é o recorde da safra de 251 milhões de toneladas, sendo que a produção de soja deve crescer 7,1%. Existe também a oportunidade de substituição de mais de 32 mil vagões da frota brasileira, devido a 53% estar com idade acima de 30 anos.

No segmento industrial, de acordo com a Sobratema / Globaldata, as projeções para o crescimento global do setor da construção para 2020 foram revisadas para 2,7%, o mais baixo em uma década, devido à queda das atividades em mercados emergentes, assim como nos Estados Unidos e no Oriente Médio. No entanto, a projeção do centro global de inteligência da construção aponta que o setor deve avançar 3,2% já em 2020, estabilizando em 3,4% durante o restante do período avaliado pelo estudo, que vai até 2023.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui capital circulante negativo de R\$21.580 (R\$35.657 em 31 de dezembro de 2018). A continuidade operacional depende de seus acionistas que são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte financeiro às suas operações com garantias e linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso estas sejam necessárias.

Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 15 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 22 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

e) Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

A Companhia, decidiu por registrar os efeitos do processo de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS transitado em julgado em 2018.

Em atendimento as orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia esta corrigindo o erro pelo não reconhecimento dos efeitos em 2018 a fim de refletir seus impactos e, portanto, procedeu os ajustes de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras em relação à aquelas originalmente emitidas. Note que os impactos não trazem efeitos ao balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018, originalmente apresentados.

Os saldos reapresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, se dará da seguinte forma:

<u>ATIVO</u>	<u>Referência</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE				
Total do ativo circulante		82.954	-	82.954
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	a	34.836	13.418	21.418
Depósitos judiciais recursais		9.967	-	9.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos		30.562	-	30.562
Investimentos em coligadas		123.877	-	123.877
Imobilizado		86.070	-	86.070
Total do ativo não circulante		<u>285.312</u>	<u>13.418</u>	<u>271.894</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>368.266</u></u>	<u><u>13.418</u></u>	<u><u>354.848</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
	<u>Referência</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE				
Total do passivo circulante		118.611	-	118.611
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		113.024	-	113.024
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		5.455	-	5.455
Outras obrigações	a	1.429	805	624
Total do passivo não circulante		<u>119.908</u>	<u>805</u>	<u>119.103</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		184.685	-	184.685
Reservas de lucros		3.564	-	3.564
Ajuste de avaliação patrimonial		10.005	-	10.005
Prejuízos acumulados	c	(68.507)	12.613	(81.120)
Total do patrimônio líquido		<u>129.747</u>	<u>12.613</u>	<u>117.134</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>368.266</u></u>	<u><u>13.418</u></u>	<u><u>354.848</u></u>

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>	<u>Referência</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2018</u>
RECEITA LÍQUIDA	a	351.288	13.418	337.870
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		(301.687)	-	(301.687)
LUCRO BRUTO		<u>49.601</u>	<u>13.418</u>	<u>36.183</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Com vendas		(13.352)		(13.352)
Gerais e administrativas		(9.453)		(9.453)
Honorários da Administração		(2.336)		(2.336)
Resultado de equivalência patrimonial		(1.609)		(1.609)
Outras despesas operacionais, líquidas	b	(8.744)	(805)	(7.939)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		14.107	12.613	1.494
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(12.005)	12.613	(24.618)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos		598	-	598
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(11.407)</u>	<u>12.613</u>	<u>(24.020)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$		(0,78312)		(1,64903)
	<u>Referência</u>	<u>2018</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2018</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	a	(11.407)	12.613	(24.020)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>(11.407)</u>	<u>12.613</u>	<u>(24.020)</u>
	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido do exercício	c	(11.407)	12.613	(24.020)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		51.910	-	51.910
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes		(88)	-	(88)
Estoques		248	-	248
Impostos a recuperar	a	(17.735)	(13.418)	(4.317)
Depósitos judiciais recursais		(130)	-	(130)
Outros créditos e demais contas		(650)	-	(650)
(Redução) aumento nos passivos:				
Fornecedores		(849)	-	(849)
Adiantamentos de clientes		19	-	19
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.565)	-	(1.565)
Outras obrigações e demais contas	B	<u>(2.191)</u>	<u>805</u>	<u>(2.996)</u>
Caixa gerado pelas operações		17.562	-	17.562
Pagamentos de processos trabalhistas e tributários		(2.029)	-	(2.029)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		<u>(10.766)</u>	<u>-</u>	<u>(10.766)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		<u>4.767</u>	<u>-</u>	<u>4.767</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(15.143)	-	(15.143)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>8.508</u>	<u>-</u>	<u>8.508</u>
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.868)</u>	<u>-</u>	<u>(1.868)</u>

- f) Conforme mencionado refere-se ao saldo registrado de imposto a recuperar relacionado a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS transitado em julgado em 2018.
- g) Conforme mencionado refere-se ao saldo dos honorários advocatícios relacionado ao processo acima mencionado.
- h) Impacto na demonstração do resultado dos efeitos acima mencionados.

A demonstração da mutação do patrimônio líquido não está sendo reapresentada por não haver impactos no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas em vigor no exercício corrente

O "International Accounting Standards Board - IASB" publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em 1º de janeiro de 2019.

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 16/CPC 06- Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de "Leases" (arrendamentos). A IFRS 16 substitui a IAS 17 - "Leases" e Interpretações Relacionadas. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A interpretação reflete a prática do que a Companhia vem adotando e suas práticas contábeis.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda	Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 19 - Alterações no plano em casos de redução ou liquidação	Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Dentre as normas acima, exceto pela alteração do CPC 06 (R2), as demais não tiveram impactos significativos na Companhia. Abaixo os impactos gerados pela adoção do CPC 06 (R2)

3.1.1. Impacto da adoção inicial da CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamento Mercantil

Esta norma introduz exigências novas ou alteradas com relação à contabilização de arrendamento. A norma introduz mudanças significativas na contabilização do arrendatário ao eliminar a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigir o reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no início para todos os arrendamentos, exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Diferentemente da contabilização do arrendatário, as exigências de contabilização do arrendador permanecem substancialmente inalteradas.

Diferentemente do que ocorreu com o arrendador, o CPC 06 (R2) transfere substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 - Impacto sobre a contabilização do arrendatário).

Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) (equivalente ao IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (equivalente ao IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada do CPC 06 (R2), ou seja, a Companhia não rerepresentará as informações comparativas.

Arrendamentos operacionais

Na adoção inicial da CPC 06 (R2), para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- Reconheceu ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- Reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração do resultado.
- Segregou o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração consolidada do fluxo de caixa.

De acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). Essa norma substitui a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na CPC 06 (R2).

Além da alteração da prática contábil da Companhia o CPC 06 (R2) não impactou de forma material as demonstrações contábeis da companhia, visto que havia apenas contratos de arrendamento mercantil financeiro, o qual foi reclassificado na adoção inicial para a linha de direito de uso. Abaixo o resumo da movimentação:

Ativo por direito de uso

Saldo em 01/01/2019	196
Adições	260
Saldo de depreciação do período	(351)
Saldo em 31/12/2019	<u>105</u>
Passivo por arrendamentos:	
Saldo em 01/01/2019	138
Adições	260
Pagamentos principal	(167)
Pagamento de juros	(37)
Juros apropriados	28
Saldo em 31/12/2019	<u>222</u>

O cronograma de pagamentos é como segue:

	<u>R\$</u>
2020	144
2021	<u>78</u>
Total	<u>222</u>

3.1.2. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2019.

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 3 - Definição de negócio	Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade	Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Os pronunciamentos contábeis IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" e IFRS 17 - Contratos de Seguros não são aplicáveis à Companhia.

Em decorrência do compromisso de o CPC e o CFC de manterem atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas internacionais de relatório financeiro "International Financial Reporting Standards - IFRS"

3.1.3. Demais Políticas Contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Companhia.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

g) Imobilizado

g.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

g.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

h) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

h.1) Ativos fixos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

h.2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Provisões

i.1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

j) Tributação

j.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

k) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

l) Arrendamento

l.1 Arrendatário

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones).

Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial, e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido.
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado.

A Companhia não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que o Grupo assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - "impairment".

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Outras despesas" no resultado.

m) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Ativos financeiros

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a CPC 38 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a CPC 38 (IFRS 9). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado.

Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A CPC 38 (IFRS9) requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2019 não apresentou nenhuma variação. Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- (ii) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- (iii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	805	675
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>12</u>	<u>4.186</u>
Total	<u>817</u>	<u>4.861</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração de 75,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,25% em 31 de dezembro de 2018), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
No Brasil	14.605	10.069
No exterior	13.589	2.462
Partes relacionadas	1.464	2.003
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(702)</u>	<u>(696)</u>
Total	<u>28.956</u>	<u>13.838</u>

b) Saldos por idade de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	25.028	12.064
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.912	1.774
De 31 a 60 dias	12	-
De 61 a 90 dias	4	-
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 181 dias	<u>702</u>	<u>696</u>
Total	<u>29.658</u>	<u>14.534</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	(696)	(675)
Reversões	28	-
Adições	<u>(34)</u>	<u>(21)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(702)</u>	<u>(696)</u>

6. ESTOQUES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Produtos acabados	8.429	15.832
Produtos em elaboração	9.321	9.930
Matérias-primas	2.598	2.553
Materiais auxiliares	12.973	14.396
Adiantamentos a fornecedores	6.535	605
Importações em andamento	1.585	637
Provisão para perdas	<u>(1.530)</u>	<u>(65)</u>
Total	<u>39.911</u>	<u>43.888</u>

A movimentação na provisão para perdas em estoques foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	(65)	(237)
Reversões	150	411
Adições	<u>(1.615)</u>	<u>(239)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(1.530)</u>	<u>(65)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR (REAPRESENTADO)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	30.338	33.602
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (**)	15.561	15.373
Programa de Integração Social - PIS	929	766
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	991	1.045
Reintegração de Valores Tributários para Exportadores - REINTEGRA	682	632
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	659	689
Outros	140	150
Total	<u>49.300</u>	<u>52.257</u>
Ativo circulante	14.416	17.421
Ativo não circulante	34.884	34.836

(*) A Companhia obteve a liberação de parte dos créditos de ICMS com Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Um montante de R\$15.888 em outubro de 2019 e R\$11.494 em novembro de 2018. Estes créditos estão sendo utilizados para pagamentos de fornecedores (sendo o principal deles parte relacionada).

(**) A Companhia obteve o trânsito em julgado do processo de exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, apesar de não ter efetuado a homologação junto aos órgãos responsáveis o respectivo crédito foi integralmente reconhecido no não circulante.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (REAPRESENTADO)

a) Diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.204	17.165
Provisão para perdas nos estoques	520	22
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	239	237
Provisão para garantia	43	412
Participação nos lucros	527	1.404
Outras	1.475	3.036
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	60.781	57.133
Provisão para créditos sem expectativa de realização	(5.901)	(2.527)
Custo atribuído ao imobilizado	(5.334)	(6.052)
Mais-valia de investimento avaliado a valor justo	(28.683)	(30.265)
Diferença de critério de depreciação	<u>(8.981)</u>	<u>(10.003)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>32.890</u>	<u>30.562</u>

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2020	571
2021	3.239
2022	3.404
2023	3.696
2024	4.633
2025 em diante	<u>17.347</u>
Total	<u>32.890</u>

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$21.008 (R\$22.002 em 31 de dezembro de 2018) serão realizados na proporção da resolução final dos processos judiciais e dos demais eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que estão sendo implementadas conforme planos executados pela Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a recuperação dos créditos tributários é considerada provável.

b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

A conciliação do crédito (despesa) calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do montante de imposto de renda e contribuição social registrado no resultado é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(35.475)	(12.005)
Alíquota combinada - %	34	34
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	<u>12.062</u>	<u>4.082</u>
Equivalência patrimonial	(6.423)	(541)
Diferenças permanentes	(51)	(416)
Provisão para créditos sem expectativa de realização	<u>(3.260)</u>	<u>(2.527)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>2.328</u>	<u>598</u>
Diferidos	2.328 7%	598 2%

9. PARTES RELACIONADAS

a) Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	<u>2.372</u>	<u>2.336</u>

b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

	2019			
	<u>Ativo</u> Contas a receber	<u>Passivo</u> Fornecedores/ mútuo/patente	<u>Resultado</u> Vendas Compras	
Iochpe-Maxion S.A. - R\$ - (i)	3	5.314	-	59.447
Amsted Rail Company, Inc.- US\$ - (ii)	853	557	62.168	60
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. - R\$	-	9	2.353	781
The Greenbrier Companies and Inc. - US\$ - (iii)	-	18.492	-	-
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. - R\$	<u>608</u>	<u>176</u>	<u>77.033</u>	<u>1.094</u>
Total	<u>1.464</u>	<u>24.548</u>	<u>141.554</u>	<u>61.382</u>
	2018			
	<u>Ativo</u> Contas a receber	<u>Passivo</u> Fornecedores/ Mutuo/Patente	<u>Resultado</u> Vendas Compras	
Iochpe-Maxion S.A. - R\$ - (i)	6	38.508	-	50.016
Amsted Rail Company, Inc.- US\$ - (ii)	1.504	41.519	22.510	-
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. - R\$	7	43	5.595	1.013
The Greenbrier Companies and Inc. - US\$ - (iii)	-	40.859	-	-
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. - R\$	<u>486</u>	<u>157</u>	<u>119.737</u>	<u>365</u>
Total	<u>2.003</u>	<u>121.086</u>	<u>147.842</u>	<u>51.394</u>

- (i) A Companhia efetua compra de sucata da controladora em conjunto Iochpe-Maxion S.A. e possui um empréstimo no montante de R\$4.897 (R\$33.298 em 2018), vide nota explicativa nº 12.
 - (ii) A Companhia adquire matérias-primas de componentes ferroviários, da controladora em conjunto Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e de sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.
 - (iii) Contrato de Empréstimo e Financiamento em moeda estrangeira, vide nota explicativa nº 12.
- c) Contratos de serviços compartilhados ("share services agreement")
- (i) Em 29 de fevereiro de 2000, a Companhia e a controladora em conjunto Iochpe-Maxion S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e das instalações localizadas na unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que suas unidades são adjacentes e localizadas no mesmo complexo industrial. Cada uma das partes arca com o custo relativo à manutenção e administração das instalações localizadas em sua propriedade e ambas arcam com quaisquer investimentos destinados ao aumento ou desenvolvimento da capacidade produtiva das instalações no caso de o projeto ser do interesse de todas. O contrato tem vigência de 25 anos. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em despesas gerais e administrativas, somaram R\$228 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$558 em 31 de dezembro de 2018).
 - (ii) Em 6 de maio de 2015, a Companhia e sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e gestão, que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (Estrutura Administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Diretoria, Informática, Contabilidade, Tesouraria, Vendas e Marketing. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em outras receitas operacionais, somaram R\$2.034 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.840 em 31 de dezembro de 2018).

10. INVESTIMENTOS

a) Movimentação

A investida Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades produtivas a fabricação, usinagem, montagem, distribuição e venda de máquinas ferroviárias, bem como sua importação e exportação.

	Saldo em 31/12/2018	Amortizações/ baixas	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	34.657	-	(18.891)	15.766
Mais-valia	110.250	-	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(21.030)	(4.655)	-	(25.685)
Total líquido	<u>123.877</u>	<u>(4.655)</u>	<u>(18.891)</u>	<u>100.331</u>

	Saldo em 31/12/2017	Amortizações/ baixas	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	36.266	-	(1.609)	34.657
Mais-valia	110.250	-	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(16.375)	(4.655)	-	(21.030)
Total líquido	<u>130.141</u>	<u>(4.655)</u>	<u>(1.609)</u>	<u>123.877</u>

Movimentação da mais-valia:

	2017	Amortizações	2018	Amortizações	2019
Rentabilidade futura	64.977	-	64.977	-	64.977
Carteira de clientes	23.552	(4.425)	19.127	(4.425)	14.702
Marca	4.367	-	4.367	-	4.367
Imobilizado	979	(230)	749	(230)	519
Total	<u>93.875</u>	<u>(4.655)</u>	<u>89.220</u>	<u>(4.655)</u>	<u>84.565</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

b) Informações da empresa coligada

	2019							
	Nº de ações (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	423.651	384.470	87.707	39.181	418.323	(46.087)
	2018							
	Nº de ações (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	321.159	235.876	87.707	85.283	567.024	(5.640)

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,55	53.075	(25.769)	27.306	28.253
Máquinas e equipamentos	11,00	158.115	(118.143)	39.972	44.813
Moldes	18,00	33.596	(30.038)	3.558	5.056
Móveis e utensílios	7,00	2.855	(1.955)	900	936
Veículos	22,22	-	-	-	196
Equipamentos de computação	31,50	4.904	(3.504)	1.400	1732
Outras imobilizações	2,25	15	(14)	1	1
Terrenos	-	875	-	875	875
Obras em andamento	-	7.496	-	7.496	2.610
Peças de reposição de máquinas	-	2.425	(827)	1.598	1.598
Total		<u>263.356</u>	<u>(180.250)</u>	<u>83.106</u>	<u>86.070</u>

Movimentação do custo - 2019

	2018	2019			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	53.075	-	-	-	53.075
Máquinas e equipamentos	156.242	200	(194)	1.867	158.115
Moldes	33.566	-	-	30	33.596
Móveis e utensílios	2.735	-	-	120	2.855
Veículos (*)	412	-	-	(412)	-
Equipamentos de computação	4.775	-	-	129	4.904
Outras imobilizações	15	-	-	-	15
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento	2.610	7.032	-	(2.146)	7.496
Peças de reposição de máquinas	2.425	-	-	-	2.425
Total	256.730	7.232	(194)	(412)	263.356

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

Movimentação da depreciação - 2019

	2018	2019			Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	(24.822)	(1.031)	84	-	(25.769)
Máquinas e equipamentos	(111.428)	(6.717)	2	-	(118.143)
Moldes	(28.510)	(1.528)	-	-	(30.038)
Móveis e utensílios	(1.800)	(155)	-	-	(1.955)
Veículos (*)	(216)	(152)	61	(307)	-
Equipamentos de computação	(3.043)	(461)	-	-	(3.504)
Outras imobilizações	(14)	-	-	-	(14)
Peças de reposição de máquinas	(827)	-	-	-	(827)
Total	(170.660)	(10.044)	147	(307)	(180.250)

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

Movimentação do custo - 2018

	2017	2018			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	52.923	-	-	152	53.075
Máquinas e equipamentos	149.972	9.962	(9.659)	5.967	156.242
Moldes	32.659	-	-	907	33.566
Móveis e utensílios	2.499	-	-	236	2.735
Veículos	402	-	(118)	128	412
Equipamentos de computação	4.149	-	-	626	4.775
Outras imobilizações	15	-	-	-	15
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento	5.547	5.167	(88)	(8.016)	2.610
Peças de reposição de máquinas	2.411	14	-	-	2.425
Total	251.452	15.143	(9.865)	-	256.730

Movimentação da depreciação - 2018

	2017	2018		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	
Edificações e benfeitorias	(23.276)	(946)	-	(24.822)
Máquinas e equipamentos	(104.682)	(6.746)	-	(111.428)
Moldes	(26.776)	(1.734)	-	(28.510)
Móveis e utensílios	(1.642)	(158)	-	(1.800)
Veículos	(240)	(70)	94	(216)
Equipamentos de computação	(2.578)	(465)	-	(3.043)
Outras imobilizações	(14)	-	-	(14)
Peças de reposição de máquinas	(807)	(20)	-	(827)
Total	(160.615)	(10.139)	94	(170.660)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Indexador	Taxa efetiva	2019	2018
		anual de juros - %		
Moeda nacional:				
Financiamento - partes relacionadas	CDI + 2%	6,49	4.897	33.298
NCE	129,0% CDI	5,71	3.339	-
NCE	130,0% CDI	5,76	40.067	40.476
NCE	148,5% CDI	6,60	5.011	5.013
NCE	CDI+1,25%	5,71	20.292	-
NCE	CDI+1,95%	6,44	3.506	3.507
NCE	CDI+2,25%	6,75	10.524	-
NCE	CDI+2,40%	6,91	4.009	20.034
ACC	-	5,20	12.004	-
CONFIRMING	-	7,78	4.315	-
FINAME	TLP+4,02%	10,28	394	-
FINAME	TLP+3,82%	10,08	357	-
Arrendamento financeiro	-	9,21	-	138
Moeda estrangeira:				
Financiamento - partes relacionadas	-	8,00	<u>18.492</u>	<u>81.719</u>
Total			<u>127.207</u>	<u>184.185</u>
Passivo circulante			68.048	71.161
Passivo não circulante			59.159	113.024

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 31 de dezembro	184.185	159.619
Captações	53.102	15.628
Provisão de juros	14.464	14.954
Amortização do principal	(107.678)	(7.120)
Pagamento de juros	(20.068)	(10.766)
Transferência para o passivo de arrendamento	(138)	-
Variação cambial	<u>3.340</u>	<u>11.870</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>127.207</u>	<u>184.185</u>

As parcelas registradas no passivo circulante e não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

2020	68.048
2021	<u>59.159</u>
Total	<u>127.207</u>

13. FORNECEDORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
No País	20.696	20.205
No exterior	-	39
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	<u>602</u>	<u>5.410</u>
Total	<u>21.298</u>	<u>25.654</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	-	1
Encargos sociais	3.505	2.601
Provisão para férias	5.505	8.086
Participação nos resultados	<u>1.551</u>	<u>4.131</u>
Total	<u>10.561</u>	<u>14.819</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS - (REAPRESENTADO)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processos tributários:		
Federais	46.249	44.407
Processos trabalhistas	5.920	5.065
FGTS - Adicional 10%	1.354	998
Processos cíveis	<u>17</u>	<u>16</u>
	53.540	50.486
Depósitos judiciais	<u>(47.145)</u>	<u>(45.031)</u>
Total	<u>6.395</u>	<u>5.455</u>

As movimentações durante os exercícios são apresentadas a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Saldo em</u> <u>2019</u>
Processos tributários:						
Federais	44.407	315	-	-	1.527	46.249
Processos trabalhistas	5.065	1.991	(1.206)	-	70	5.920
FGTS - Adicional 10%	998	356	-	-	-	1.354
Processos cíveis	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
Total	<u>50.486</u>	<u>2.663</u>	<u>(1.206)</u>	<u>-</u>	<u>1.597</u>	<u>53.540</u>
Depósitos judiciais	(45.031)	(660)	-	-	(1.454)	(47.145)
	<u>Saldo em</u> <u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Saldo em</u> <u>2018</u>
Processos tributários:						
Federais	42.479	257	-	(18)	1.689	44.407
Processos trabalhistas	6.818	205	(2.029)	-	71	5.065
FGTS - Adicional 10%	387	611	-	-	-	998
Processos cíveis	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16</u>
Total	<u>49.684</u>	<u>1.089</u>	<u>(2.029)</u>	<u>(18)</u>	<u>1.760</u>	<u>50.486</u>
Depósitos judiciais	(42.539)	(920)	-	1	(1.573)	(45.031)

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como partes, de acordo com sua natureza:

Processos de natureza tributária

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Montante</u> <u>provisionado</u>	<u>Depósitos</u> <u>judiciais</u> <u>vinculados</u>	<u>Passivo</u> <u>líquido</u>	<u>Montante</u> <u>provisionado</u>	<u>Depósitos</u> <u>judiciais</u> <u>vinculados</u>	<u>Passivo</u> <u>líquido</u>
PIS/COFINS (a)	26.611	(26.553)	58	25.663	(25.598)	65
FGTS - Adicional 10% (c)	1.354	(1.354)	-	998	(997)	1
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (b)	<u>19.252</u>	<u>(19.238)</u>	<u>14</u>	<u>18.436</u>	<u>(18.436)</u>	<u>-</u>
Total	<u>47.217</u>	<u>(47.145)</u>	<u>72</u>	<u>45.097</u>	<u>(45.031)</u>	<u>66</u>

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: (i) comissões de agentes e "royalties" pagos ao exterior; e (ii) fretes sobre transferência entre filiais.
- (b) Discussões judiciais relativas à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, afastamento e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, bem como encargos sobre aviso prévio indenizado.
- (c) Discussões judiciais relativas à cobrança de 10% de adicional sobre FGTS nas rescisões de contrato de trabalho.

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em 83 processos trabalhistas (98 em 31 de dezembro de 2018). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$18.865 (R\$19.770 em 31 de dezembro de 2018), para o qual a provisão no valor de R\$5.920 (R\$5.065 em 31 de dezembro de 2018) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Reclamações tributárias e cíveis

A Companhia possui ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Em 31 de dezembro de 2019, esses processos totalizavam aproximadamente R\$139.852 (R\$136.846 em 31 de dezembro de 2018).

O principal processo de natureza possível está descrito a seguir:

- Auto de infração sobre o suposto não recolhimento de ICMS na unidade de Cruzeiro, no montante de R\$110.174 em 31 de dezembro de 2019 (R\$106.839 em 2018).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos judiciais recursais:		
Federal	7.663	7.367
Trabalhistas	<u>2.529</u>	<u>2.600</u>
Total dos depósitos judiciais recursais	<u>10.192</u>	<u>9.967</u>

Ativos contingentes - (reapresentado)

Obtivemos o trânsito em julgado do processo: 2006.61.21.003823-00003823-20.2006.4.03.6121 referente ao ICMS na base de cálculo da COFINS. Suspensão a partir da competência de 12/2006 da exigibilidade da COFINS sobre valores a título de ICMS e compensação dos valores recolhidos até 11/1996.

Como ainda existe uma discussão jurídica sobre os valores da base de cálculo (valor destacado ou valor pago) que será julgado pelo STF a companhia ainda não homologou os respectivos créditos, porém reconheceu no ano de 2018 os valores referentes a este processo no montante de R\$13.418, incluindo os honorários advocatícios de R\$805 na rubrica de outras contas a pagar no não circulante.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAPRESENTADO)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$261.201 em 31 de dezembro de 2019 (R\$184.685 em 31 de dezembro de 2018), e está representado por 28.274.461.147 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de outubro de 2019, houve um aumento de capital social mediante a emissão de 13.708.339.276 novas ações. Este capital foi integralizado pelo Acionista Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. R\$28.885, pelo acionista Iochpe Maxion S.A. R\$28.885 e pelo acionista Greenbrier do Brasil Participações Ltda. R\$18.746, sendo R\$76.516 mediante a depósito bancário.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c) Distribuição de lucros

O lucro do exercício, quando positivo, será apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76 e terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 25% para a distribuição de dividendos obrigatórios; e (iii) 70% do restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que será destinada como dividendo suplementar aos acionistas.

d) Lucro (prejuízo) por ação - (Reapresentado)

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

	2019	2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(33.147)	(11.407)
Quantidade média ponderada de ações	28.274.461	14.566.122
Prejuízo do exercício por ação - básico e diluído - R\$	(1,1723)	(0,78312)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

17. RECEITA LÍQUIDA - (REAPRESENTADO)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Receita bruta de vendas:		
Vendas de produtos	381.346	380.851
Serviços prestados	344	639
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(26.736)	(26.576)
Devoluções e cancelamentos do exercício	(2.835)	(3.626)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>352.119</u>	<u>351.288</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos e juros ativos	608	319
Outras	618	382
Total	<u>1.226</u>	<u>701</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(15.332)	(15.617)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(26)	(31)
Outras	(472)	(128)
Total	<u>(15.830)</u>	<u>(15.776)</u>

19. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação cambial ativa	20.503	18.232
Variação cambial passiva	(23.304)	(29.269)
Total	<u>2.801</u>	<u>(11.037)</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Matéria-prima	(100.796)	(99.020)
Salários, encargos e benefícios	(99.538)	(96.440)
Materiais e manutenção	(77.826)	(70.048)
Energia elétrica	(20.662)	(21.584)
Depreciação	(10.044)	(10.139)
Serviços prestados por terceiros	(9.918)	(9.980)
Fretes	(9.077)	(6.331)
Locomoção e comunicação	(1.405)	(1.521)
Honorários da Administração	(2.372)	(2.336)
Comissões e "royalties"	(2.219)	(2.840)
Garantia de produtos	(136)	(194)
Outras	(8.660)	(6.395)
Total	<u>(342.653)</u>	<u>(326.828)</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(314.671)	(301.687)
Despesas com vendas	(16.166)	(13.352)
Despesas gerais e administrativas	(9.444)	(9.453)
Honorários da Administração	<u>(2.372)</u>	<u>(2.336)</u>
Total	<u>(342.653)</u>	<u>(326.828)</u>

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS – (REAPRESENTADO)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(Reapresentado)
Outras receitas:		
Recuperação de despesas e créditos	-	236
Outras receitas	<u>325</u>	<u>499</u>
	<u>325</u>	<u>735</u>
Outras despesas:		
Contingências tributárias e trabalhistas	(2.183)	(302)
Impostos federais e estaduais	(840)	(1.121)
Multas	(161)	(198)
Contribuição para associação de classe	(461)	(658)
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	(196)	(146)
Projeto Formare	(78)	(68)
Amortização de intangível	(4.655)	(4.655)
Consultoria	-	(715)
Honorários advocatícios - honorários de sucesso	-	(805)
Outras despesas	<u>(396)</u>	<u>(811)</u>
	<u>(8.970)</u>	<u>(9.497)</u>
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(8.645)</u>	<u>(8.744)</u>

22. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - REAPRESENTADO

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora em conjunto Iochpe-Maxion S.A., sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Instrumentos financeiros derivativos: durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota explicativa	2019	2018 (Reapresentado)
<u>Ativos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	817	4.861
Contas a receber de clientes	5	28.956	13.838
Depósitos judiciais recursais	15	10.192	9.967
Outros créditos		1.466	1.825
Total		<u>41.431</u>	<u>30.491</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	12	127.429	184.185
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	13	21.298	25.654
"Royalties"		683	775
Adiantamento de clientes		3.181	19
Outras obrigações		4.902	6.898
Total		<u>157.493</u>	<u>217.531</u>

b) Valores justos

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas desta.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias, mineradoras e fabricante de veículos fora de estrada. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5). Adicionalmente, uma parcela significativa de suas vendas é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2019		2018	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	68.192	59.237	71.161	113.024
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	21.298	-	25.654	-
"Royalties"	683	-	775	-
Adiantamento de clientes	3.181	-	19	-
Outras obrigações	3.717	1.185	5.469	1.429
Total	<u>97.071</u>	<u>60.422</u>	<u>103.078</u>	<u>114.453</u>

Risco de flutuação nos preços de aço

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

	2019		2018	
	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Aplicações Financeiras	CDI	12	CDI	4.186
Empréstimos e financiamentos - (inclui "intercompany")	CDI	91.645	CDI	102.328
Empréstimos e financiamentos	TLP	751	TLP	-

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia possui política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

	2019		2018	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Contas a receber	3.583	14.442	1.024	3.966
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(4.588)	(18.492)	(21.090)	(81.719)
Fornecedores	-	-	(10)	(39)
Exposição líquida	<u>1.005</u>	<u>(4.050)</u>	<u>(20.076)</u>	<u>(77.792)</u>

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação, principalmente, de taxas de câmbio e taxas de juros do CDI e TLP. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo o risco de taxas de CDI e de câmbio do dólar norte-americano/real.

(ii) Seleção dos cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moeda desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, foram apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2019.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável na desvalorização do real sobre o dólar norte-americano e o euro por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros de CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2019:

	Cenários		
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
<u>Aplicações financeiras - CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2019	4,46%	3,34%	2,23%
Aplicações financeiras indexadas - 75,0% do CDI	-	-	-
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	1	-	-
Efeito	-	-	-
	Cenários		
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
<u>Empréstimos e financiamentos - CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2019	6,30%	7,87%	9,44%
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	5.770	7.213	8.655
Efeito	-	1.443	2.885

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou os saldos conforme demonstrado na exposição cambial do item "Risco de taxa de câmbio".

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2019, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

Risco da Companhia	Perdas	
	Cenário possível	Cenário remoto
Aumento da cotação do dólar norte-americano	1.013	2.025

O cenário possível considera uma valorização do dólar norte-americano em 25% sobre o real, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 de R\$5,0384/US\$1,00, e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$6,0461/US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$1.013 no cenário possível e de R\$2.025 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

23. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018 (Reapresentado)
Total de empréstimos e financiamentos	127.429	184.185
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(817)	(4.861)
Dívida Líquida	<u>126.612</u>	<u>179.324</u>
Total do patrimônio líquido	<u>173.111</u>	<u>129.747</u>
Relação do patrimônio líquido sobre a dívida líquida	73,1%	138,2%

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu o montante de R\$260 relacionados a ativos imobilizados que não tiveram o desembolso de caixa.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é assim demonstrada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucros cessantes	123.308	146.356
Danos materiais	144.733	134.979
Seguro D&O	24.720	19.200
Responsabilidade civil	6.400	6.400

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 180 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitorando constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações, visto que a fábrica continua a operar normalmente a fim de cumprir os contratos já firmados com clientes, já que os pedidos de compra estão mantidos, os faturamentos estão ocorrendo normalmente e recebimento pelas vendas também sem atrasos. Os compromissos da companhia como; Salários, Fornecedores, Tributos, entre outros estão sendo realizados normalmente e sem atrasos.

As principais medidas adotadas pela Companhia até o momento foram, as antecipações das compras de matéria prima para não impactar a produção e manter um estoque estratégico, negociações e conformações com as principais fontes de matéria prima e materiais auxiliares com a garantia que as mesmas não sofreram impactos no fornecimento por se tratar de commodities e produção automatizada.

Para garantir a segurança dos funcionários a empresa colocou os pertencentes ao grupo de risco em quarentena, foram adotadas medidas de segurança, como o uso de máscaras e a medição da temperatura dos funcionários para a entrada da fábrica e foi criado um comete estratégico de contingência com reuniões diárias.

27. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 24 de abril de 2020.